

ESTADO DE MINAS GERAIS Av. 21 de Dezembro, 850 – CNPJ 01.611.137/0001-45

PROJETO DE LEI Nº 032/2025

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO
DO CARGO E ACRESCE VAGAS
NA ESTRUTURA
ADMINISTRATIVA DA
PREFEITURA MUNICIPAL E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

- **Art. 1º** Fica criado e acrescido na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Goianá, o cargo de Assessor de Ouvidoria.
- **Art. 2º** O Assessor é um cargo em comissão criado para a recepção e tratamento das informações recebidas pela Ouvidoria Municipal, nos termos da Lei Municipal nº 1066/2025.
- §1º O cargo deverá ser exercido por pessoa de idoneidade moral, reputação ilibada e aceitável conhecimento jurídico e administrativo, sendo nomeado pelo Chefe do Executivo Municipal, em cargo de livre nomeação e exoneração.
- §2º O cargo de assessor de ouvidoria será exercido de forma presencial ou virtual, por teletrabalho ou home office, atendidas as necessidades da administração.
- §3° Em caso de férias ou afastamento de até 60 (sessenta) dias, o Chefe do Poder Executivo Municipal designará um substituto.
- §4º O Assessor de Ouvidoria sujeita-se, no que couber e na forma da Lei, às mesmas normas sobre direitos e deveres aplicáveis aos servidores municipais.

Art. 3º Ao Assessor de Ouvidoria compete:

I - propor aos órgãos da Administração, resguardadas as respectivas competências, a instauração de sindicâncias, inquéritos e outras medidas destinadas à apuração das responsabilidades administrativas, civis e criminais;



ESTADO DE MINAS GERAIS Av. 21 de Dezembro, 850 – CNPJ 01.611.137/0001-45

- II requisitar, diretamente e sem qualquer ônus, de qualquer órgão municipal, informações, certidões ou cópias de documentos relacionados com as reclamações ou denúncias recebidas, na forma da Lei;
- III recomendar a adoção de providências que entender pertinentes, necessárias ao aperfeiçoamento dos serviços prestados à população pela Administração do Município;
- IV recomendar aos órgãos da Administração Direta a adoção de mecanismos que dificultem e impeçam a violação do patrimônio público e outras que possam ocasionar prejuízo ao erário;
- V outras atividades correlatas relacionadas com a atividade de ouvidoria.
- **Art. 4º** O anexo I da Lei municipal 1050/2025 passa a vigorar com a seguinte redação:

Grupo	Nº de vagas	Remuneração	Modalidade de
			recrutamento
Assessor de	01	R\$ 2.584,56	Restrito a pessoas
Ouvidoria			com nível superior e
			aceitável
			conhecimento
			jurídico e
			administrativo
()	()	()	()

- **Art. 5º** As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente.
- **Art. 6º** Fica determinada a publicação consolidada da Lei nº 1050/2025, com as modificações decorrentes desta Lei.
- **Art. 7º -** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



ESTADO DE MINAS GERAIS Av. 21 de Dezembro, 850 – CNPJ 01.611.137/0001-45

Goianá, 04 de setembro de 2025.

Paulo Roberto Assis Prefeito de Goianá-MG

MENSAGEM N°: /2024

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:

Submeto à elevada apreciação desta Egrégia Câmara, o incluso Projeto de Lei que tem por escopo a criação de cargos e acréscimo de vagas na estrutura administrativa da prefeitura municipal.

SEGUEM AS RAZÕES:

A presente propositura decorre da aprovação da Lei Municipal nº 1.066/2025, que instituiu a Ouvidoria Municipal como importante instrumento de participação social, transparência e fortalecimento do controle interno e externo das ações administrativas.

Com a criação da Ouvidoria, constatou-se a necessidade de instituição de cargo específico para o desempenho das atribuições técnicas que dela decorrem, uma vez que, no atual quadro de pessoal do município, não há servidores com a formação e capacitação adequadas que possam absorver tal função de forma eficiente e contínua, sem prejuízo de suas atribuições originais.

Ressalte-se, todavia, que o presente Projeto foi concebido observando-se os princípios da economicidade e da proporcionalidade. Ao contrário do que ocorre em muitos municípios, onde funções correlatas são equiparadas a cargos de Diretor ou Chefia, a presente proposta fixa remuneração compatível, mas não elevada, de forma a atender à necessidade da Administração sem onerar excessivamente os cofres públicos, conforme se observa no impacto financeiro apresentado.

Desta forma, remetemos o incluso Projeto de Lei à esta Egrégia Casa de Leis para que o mesmo seja submetido à apreciação dos Nobres Edis, e que seja aprovado na íntegra.



ESTADO DE MINAS GERAIS Av. 21 de Dezembro, 850 – CNPJ 01.611.137/0001-45

Assim, encaminho o presente projeto de lei para o qual solicito aos ilustres Edis a aprovação.

Sem mais para o momento, reitero cumprimentos democráticos.

Goianá, 04 de setembro de 2025.

Paulo Roberto de Assis Prefeito de Goianá/MG